

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/ RN**

TOMADA DE PREÇO: 008/2021



RAZÕES DO RECURSO

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 07.555.440/0001-54 com endereço na rua João Batista Godim, 78 A, Centro, Nísia Floresta RN, Cep 59164-000, E-mail: rnconst07555@gmail.com, representada por seu sócio CARLOS ALBERTO DE CARVALHO ARAÚJO JUNIOR, Brasileiro, casado, empresário, CPF: 067.451.744-05, RG: 1930365 SSP RN, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 58, Neópolis, Natal, RN, CEP: 59080-590, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal, no que tange ao Edital, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea a e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, exercendo seu **DIREITO DE PETIÇÃO**, assegurado no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, expor e requerer o que segue:

1 – PRELIMINARMENTE



RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra "Direito Constitucional Positivo", ed. 1.989, página 382:

"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação".

Também o renomado Mestre Marçal Justen filho, "in" Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647 assim assevera:

"A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV)."

Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente "*ad argumentandum*", que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

1.1. DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer a RECORRENTE, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo

de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Atendendo ao chamamento da Prefeitura Municipal de SERRA CAIADA, RN para o certame licitacional, a RECORRENTE participou de Licitação Pública sob a modalidade de Tomada de Preços, oriunda do Edital nº TP 007/2021 que tinha como o objeto a Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços de pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional, com drenagem superficial de trecho em via de acesso a comunidade rural Macacos do município de Serra Caiada/RN, conforme contrato de repasse 909258/2020.

A Comissão de Licitações, através da CPL, publicado no Diário Oficial Da FEMURN em 18/11/2021 inabilitou estranhamente 99% das empresas concorrentes deixando apenas um única empresa habilitada para a segunda fase da licitação.

Desclassificou do certame a RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA/CNPJ:07.555.440/0001-54, alegando em síntese que:

- a) não atendeu ao item 23.2 do edital, impossibilitando a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis, não atendendo ao dever estabelecido no Art.1.188 do Código Civil;
- b) não atendeu ao item 28.2.2.1 do edital, por apresentar contrato de prestação de serviços sem registro

Sucedendo que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação culminou por julgar INABILITADA do certame a empresa recorrente, ao arrepio das normas legais e com excesso de formalismo, assim como contra julgados dos tribunais que tratam do assunto.

Com a devida vênia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão vejamos:

2.1 DO ÍTEM 23.2 DO EDITAL

A Recorrente trabalha com obras públicas há mais de 16 anos, primando sempre pelo zelo do erário público bem como respeitando as normas que rege a administração pública.

Sua capacidade financeira é saudável e seu acervo técnico bem como o operacional é farto quando o assunto é pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional, com drenagem superficial.

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000



A recorrente, como também acredita-se que todas as demais empresas que participaram do certame foram surpreendidas pela inabilitação, visto que o setor contábil da prefeitura não usou de boa fé quanto a análise do balanço patrimonial apresentado, deixando apenas 01(uma) única empresa como habilitada para segunda fase da licitação, o que de início já é suscetível de críticas e fiscalização por parte do Ministério Público e demais órgãos de controle deste certame.

Ora Ilustre Presidente, o fato da CPL não ter tido o cuidado de analisar o abalço financeiro da empresa apresentado no certame pelo viés do edital e dos princípios que regem não só a licitação, mais toda a administração pública não pode ser debatido pela CPL como um mero descuido, fazendo com que inabilite 99% das concorrentes do certame e deixando o caminho livre para apenas empresa passar para a fase de abertura de preços, pelo simples fato de formalismo exagerado.

A simples leitura do Edital, em seu item 23.2 expressa o seguinte mandamento:

23.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de Abertura e Encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balancetes provisórios.

Como se observa o Edital requer que a empresa apresente seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **na forma da lei.(grifo nosso).**

Assim a recorrente fez, como faz em todas as licitações que participa pelo Estado do Rio Grande do Norte. Apresentou seu balanço e demonstrações contábeis devidamente numerado, registrado na JUCERN e assinado por profissional competente.

O Simples fato de não ter sido apresentado no balanço a informação "análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis" por si só não é motivo de desclassificação da concorrente. Pois o edital não especificou claramente de como queria a apresentação do balanço patrimonial, e a JUCERN, instituição esta que atende a LEI, também nunca requereu da recorrente que fosse registrado tais comparativos.

Assim o edital deixou sim, dúvida quanto a apresentação do balanço e demonstrações contábeis e a CPL não pode arbitrariamente inabilitar a recorrente alegando exigências específicas que não estava clara no edital.

Os documentos passíveis de serem exigidos como forma de medir a qualificação econômico-financeira dos licitantes encontram-se dispostos no art. 31 da Lei nº 8.666/93. Em outras palavras, a Lei de Licitações apresenta uma lista do que pode ser exigido para aferir as condições econômicas do futuro contratado na tentativa de resguardar o correto cumprimento do contrato.

O TCU comunga com as limitações e as exigências dos índices de capacidade econômica em licitação, senão vejamos:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (sumula 289)

Abstenha-se de exigir balanços referentes a exercícios sociais **anteriores ao último**, obedecendo estritamente ao disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 354/2008 Plenário

No caso concreto, a lei de licitações não prevê que a movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores, sejam registrados nas juntas comerciais, até porque eles apenas refletem a memória do balanço que por sua vez é registrado na JUCERN.

Ademais o recorrente demonstrou de forma indene de dúvidas sua higidez econômico-financeira (qualificação econômica financeira) pela comprovação do capital social, balanço e demonstrações contábeis que sobeja, e muito, o mínimo necessário para efeito de participação no certame.

Todavia, mesmo que o edital assegurasse de forma clara tal exigência, esta seria totalmente despropositada, eis que não acrescenta qualquer vantagem ou benefício à Administração, além de restringe o caráter competitivo da licitação e consequentemente ficando em desarmonia com o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal que o torna um dispositivo inconstitucional.

Em resumo a lei assegura que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento. Tudo como foi apresentado pela recorrente. Sendo qualquer outra exigência exagero de formalismo bem como uma forma de tolher a competitividade no certame.

Assim, fica claro que a RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, apresentou todos os documentos, no qual o edital de forma clara exigia, estando apta assim, a concorrer ao certame, merecendo a revisão da decisão que a inabilitou pelas alegações já refutadas nesse recurso.

2.2 DO ÍTEM 28.2.2.1

Mais uma vez a CPL cai em erro ao auferir em seu julgamento que a Recorrente não atendeu ao item 28.2.2.1, alegando em síntese que a recorrente apresentou contrato de prestação de serviços sem registro.


Transcrevo o mandamento editalício em questão:

28.2.2.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o empregado comprova-se o vínculo empregatício através de cópia da ficha ou livro de registro de empregado, registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS; **Se contratado, apresentar o contrato de prestação de serviço registrado em cartório, vigente na data de abertura deste certame acompanhado de registro do responsável técnico da licitante junto ao CREA "ART de cargo e função"** em consonância com art. 43, § 1º, da Resolução CONFEA nº 1.025/09. (grifo nosso)

Basta uma análise superficial da documentação apresentada pela recorrente da engenheira contratada que se vai perceber que tanto seu contrato de prestação e serviço está registrado no CREA como também se encontra devidamente, registrado

em cartório Autenticação Digital Código: 10721904216441380868-1, contrato este válido até 2024.

Segue prints a fim de ilustrar as alegações acima:



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA**
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

CREA-RN

Nº 1385213/2021
Emissão: 09/09/2021
Validade: 08/12/2021
Chave: a2b25

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados a seguir: CERTIFICAMOS, ainda, fazer o estabelecimento nos artigos 55 e 69 da referida Lei, que a referida pessoa física não se encontra em débito com o CREA-RN.

Interessado(a)

Profissional: CADIDIA GUERDA DE CARVALHO ARAUJO
Registro: 2115874715
CPF: 065.794.664-83
Endereço: ESTRADA PARA CATRE, 606, COND ECOPARK BLOCO F APT 606, EMAUS, PARNAMIRIM, RN, 59148520
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 15/08/2016

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE POTIGUAR
Data de Formação: 27/07/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que, caso ocorrer alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)


Autos de Infração


Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: C E C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Registro: 000014331
CNPJ: 06.958.663/0001-66
Data Início: 18/02/2019
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 11/01/2025
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: R N CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
Registro: 000005502
CNPJ: 07.555.440/0001-54
Data Início: 15/04/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: 30/12/2024
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://crea-rn.org.br/publico/>, com a chave: a2b25
Impresso em: 09/09/2021 às 11:27:25 por: adapt, ip: 187.123.68.24

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com sede social situada na Rua João Batista Gondim, 78A, Barrio Centro, Nísia Floresta/RN, inscrita no CNPJ sob o número 07.555.440/0001-54, representada pelo sócio e administrador: CARLOS ALBERTO DE CARVALHO ARAÚJO JÚNIOR, brasileiro, casado, Empresário, nascido 02/12/1967, portador de C. I. número 1503065 SSP/RN, e do CPF de número 067.451.744-05, residente e domiciliado na Rua Bahia, 58, Nedópolis, Natal/RN, CEP. 59.080-590.

CONTRATA Cadija Suêda de Carvalho Araújo, brasileira, solteira, Engenheira Civil, inscrito no CPF/MF sob o número 055.794.854-63, portador do RG sob o número 1570317 - SSP/PB, residente na Estrada de acesso ao Catre, 77 - Apartamento 606, BL F - Condomínio Ecopark Emaus, CEP. 59.148-520.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO:

O presente termo tem como objetivo, a contratação do profissional de engenharia civil, locação de segunda a sexta-feira, nos horários de 15:30 as 18:30 horas.

CLÁUSULA 2 - DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O presente termo de prestação de serviços será executado de forma indireta.

CLÁUSULA 3 - DO PREÇO:

Pela presente contratação será paga a importância mensal de R\$ (seis) salário mínimo.

CLÁUSULA 4 - DOS REAJUSTES:

Ao preço contratado será concedido reajuste de acordo com o salário mínimo.

[Handwritten signature]

Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000



Autenticação Digital Código: 18721904216441300363-1
Data: 19/04/2021 10:15:34
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital: Tipo Normal C: ALJ254570-1079X



Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1140
Bairro dos Nobres, João Pessoa - PB
CEP: 53040-000 - cartorio@azevedobastos.net.br
http://www.azevedobastos.net.br



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIELLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 19 de abril de 2021 10:27:13 GMT-03:00, CNIS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DAS PREVISÕES MATUTINAS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <http://www.azevedobastos.net.br> ou pelo e-mail: cartorio@azevedobastos.net.br. O presente documento digital pode ser correto mesmo quando não estiver assinado digitalmente. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000

Assim, fica claro que a recorrente, apresentou todos os documentos e informações no qual o edital exigia, estando apta assim, a concorrer ao certame, merecendo a revisão da decisão que a inabilitou pelas alegações já aqui refutadas.

3 DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO PROCEDIMENTAL - COMPETITIVIDADE

Frisa-se que formalismo procedimental não se confunde com excesso de formalismo, que pro sua vez é medida descabida ao Pregão.

José dos Santos Carvalho Filho (2008) ensina que o "princípio do formalismo procedimental passa a noção de que as regras do procedimento adotadas para a licitação devem seguir os parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo".

Contudo, deve-se atentar que para que no cumprimento desse princípio não se peque pelo "formalismo", consistente no apego exacerbado e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade principal do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para o ente licitante de forma a prestigiar a isonomia entre os interessados.

De acordo com Hely Lopes Meirelles (2008) , o procedimento formal, entretanto, não se confunde com "formalismo", que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias.

Por isso mesmo não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.

Tal situação corresponde exatamente ao caso em tela, visto que cabe ao Presidente Da comissão de licitação, no momento da realização do certame, agir com razoabilidade e parcimônia na análise de eventuais falhas e omissões, para que o processo não seja interrompido ou frustrado por conta de excesso de formalismo, o que obviamente não ocorreu, tendo em vista a inabilitação da Recorrente.

Dessa forma, constatando-se a presença de todos os documentos essenciais à habilitação foram devidamente apresentados, deve a CPL agir com sabedoria e razoabilidade habilitando a empresa Recorrente, tendo em vista que foram satisfeitas as formalidades necessárias à classificação da recorrente.

A habilitação da Recorrente, in casu, não fere o princípio da isonomia, haja vista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, tanto é que a CPL tinha em posse todos os documentos referente ao item do edital aqui atacado, desde o dia 21/10/2021 .

Nesse sentido, o TCU, no acórdão 1291/2011 já decidiu:

Concluiu-se que as desclassificações acima relatadas se deram por razões de aspecto meramente formal, sem levar em consideração o princípio da razoabilidade e a competitividade do certame. As falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame.


Diante disso, observa-se que a atitude da CPL de inabilitar a empresa Recorrente merece reforma, posto que a mera ausência de formalismo exagerado na apresentação do seu balanço patrimonial não é suficiente para elidir a Recorrente do certame.


Neste sentido, observe-se comentário de Marçal Justen Filho, em sua obra de Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10 edição, São Paulo, Dialética, 2004:

“... Deve-se interpretar o artigo 37, inciso XXI, no sentido de que, quanto às exigências de qualificação técnica e econômica, somente serão admissíveis aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Outras exigências poderão ser validamente efetivadas (tais como atinentes à habilitação jurídica e regularidade fiscal). •Essa interpretação coaduna, de resto, com o todo da Constituição”.

A imposição de exigências e a definição das condições do direito de licitar nunca poderão ultrapassar o limite da necessidade. **Qualquer exigência desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação** – vale dizer, indevida restrição ao direito de licitar “. (destaque ora acrescentado)”.

Veja-se, corroborando tal posicionamento, jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:


RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000



"... ADMINISTRATIVO. •LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. •VINCULAÇÃO AO EDITAL. MANDADO DE SEGURANÇA". 1. **A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva.** Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça a disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em universo mais amplo. 2. **O ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato,** fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação técnica, da capacidade econômica-financeira e da regularidade fiscal."...(destaque ora acrescentado)

É exatamente em função desta assertiva que, na elaboração de seus editais, deve a Administração acautelar-se para não fazer constar exigências que, ainda que encontrem guarida na lei, SEJAM IRRELEVANTES TENDO EM VISTA O OBJETO COLIMADO, a fim de que não seja compelida, quando do julgamento das ofertas, a rejeitar uma proposta que não atenda tal exigência

E data máxima respecta, de toda a documentação apresentada pela recorrente, não restaram dúvida sobre sua capacidade para a execução do objeto, em especial no que tange sua capacidade jurídica, técnica e financeira, que é a finalidade principal da lei de licitação.

Portanto, a inabilitação da empresa RN Construções não encontra respaldo no instrumento convocatório, nem na Lei n.º 8.666, de 1993 nem muito menos nos princípios constitucionais que regem a administração pública.

4 CONCLUSÃO

Com a costumeira vênica e ressaltando o notável saber técnico dos membros da Comissão Julgadora e dos demais analistas que participaram do apoio à mesma, não podemos nos curvar à r. decisão que INABILITOU a recorrente, eis que pelas razões deste recurso restou cabalmente demonstrado que todas as condições do Edital foram

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Rua João Batista Gondim nº 78A, Centro Nísia Floresta/RN
CNPJ 07.555.440/0001-54 - CEP 59.164.000



correta e oportunamente atendidas, pelo que REQUER o recebimento deste recurso aplicando o efeito suspensivo e por consequência a reforma da decisão, reconsiderando-a e dando por HABILITADA A RECORRENTE, fazendo-se assim prevalecer as normas legais, os princípios de direito e a mais lúdima e cristalina JUSTIÇA.

Todavia, se por ventura, ainda assim, não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, requer a remessa do recurso à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º. do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º., do artigo 113 da supracitada Lei. Requerimentos estes que se faz por respeito ao princípio legal, pois temos absoluta convicção que não se farão necessários.

Termos em que, pede deferimento.

Nísia Floresta, 25 de novembro de 2021

Carlos Alberto de Carvalho A. Junior
CPF 067.451.744-05
Sócio

RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ sob o nº 07.555.440/0001-54

SEBASTIÃO LOPES GALVÃO NETO

ASSESSOR JURÍDICO RN CONSTRUÇÕES

OAB/RN – 15.934